

“Há ilhas que são mais do que terra e mar: são peças de dominó capazes de derrubar impérios.” Em 2025, Taiwan deixará definitivamente de ser apenas um ponto geográfico no mapa asiático. A ilha tornou-se o epicentro de uma disputa que não é apenas regional, mas estrutural — e profundamente simbólica. A tensão crescente entre Pequim e Taipé coloca em confronto duas visões de mundo: uma baseada na autonomia democrática e outra num modelo autoritário e centralizador. Mais do que isso, o possível colapso da soberania taiwanesa tem implicações diretas sobre o sistema económico, militar e diplomático que estrutura o século XXI. A questão já não é se Taiwan pode resistir a uma pressão chinesa prolongada, mas se o mundo está preparado para as consequências da sua eventual queda.

Taiwan representa hoje o ponto de interseção entre a fragilidade geográfica de uma ilha e a solidez tecnológica de uma civilização global. Para além da retórica ideológica, o valor estratégico da ilha reside sobretudo na sua centralidade económica: a Taiwan Semiconductor Manufacturing Company (TSMC), segundo Miller (2024), é “a empresa mais importante do mundo”. Com mais de 60% da produção global de semicondutores concentrada em Taiwan, a perda do controlo sobre esta indústria representaria um golpe monumental à estabilidade digital global. Inteligência artificial, automóveis, defesa, telecomunicações, medicina — todos os setores que estruturam o mundo contemporâneo dependem da continuidade da produção tecnológica taiwanesa. Não se trata apenas de uma guerra por território, mas de uma disputa pela espinha dorsal da economia global.

A eventual anexação de Taiwan por Pequim provocaria também um verdadeiro efeito dominó na geopolítica asiática e global. Allison (2025) descreve esta possibilidade como “o gatilho de uma reordenação mundial”. O Japão, a Coreia do Sul, as Filipinas e a Austrália seriam imediatamente afetados. A proximidade geográfica e a aliança estratégica com os EUA colocam estes países no centro do tabuleiro. A China deixaria de ser uma potência regional para afirmar-se, de forma irreversível, como potência revisionista com capacidade real de moldar o sistema internacional a seu favor. E, ao contrário do que muitos acreditam, o envolvimento norte-americano não seria opcional. O Taiwan Relations Act (1979) obriga os EUA a providenciar meios defensivos à ilha, e a sua credibilidade como potência global estaria em jogo. Para Washington, seria a primeira guerra direta com outra superpotência nuclear desde 1945.

O impacto de uma eventual queda de Taiwan não limitar-se-ia à Ásia. A Europa, historicamente distante da região do Indo-Pacífico, seria forçada a posicionar-se. O Council

on Foreign Relations (2025) indica que a NATO já reconhece o Indo-Pacífico como área de interesse estratégico, uma mudança significativa na sua doutrina tradicional. Um conflito envolvendo Taiwan obrigaria a Aliança Atlântica a rever os seus limites operacionais e compromissos globais. Em simultâneo, abrir-se-ia espaço para a Rússia capitalizar a atenção desviada do Ocidente, intensificando a sua presença militar na Ucrânia ou noutros pontos de tensão geopolítica. África e América Latina, por sua vez, tornar-se-iam palcos de disputa renovada entre Pequim e Washington por influência económica e estratégica.

O precedente internacional seria devastador. Kaldor (2024) alerta que a queda de Taiwan reabriria uma caixa de Pandora de reivindicações territoriais em zonas como o Mar da China Meridional, o Ártico e várias fronteiras não resolvidas em África. O colapso de uma democracia insular perante um regime autoritário enviaria uma mensagem clara: as fronteiras podem ser alteradas pela força, e a comunidade internacional limita-se à retórica. A legalidade internacional ficaria enfraquecida, e o princípio da autodeterminação transformado em ficção diplomática.

A questão tecnológica merece destaque adicional. O World Economic Forum (2025) estima que um bloqueio da TSMC (Taiwan Semiconductor Manufacturing Company) por apenas seis meses custaria à economia global mais de 1 trilhão de dólares. Não se trata de mera especulação: já em 2023, crises logísticas na Ásia causaram atrasos de meses na produção automóvel e eletrónica. Um cenário em que a China controla a produção e distribuição de semicondutores globais não é apenas um problema económico — é uma crise de soberania tecnológica. O controlo da TSMC daria a Pequim vantagem em áreas como inteligência artificial militar, vigilância massiva e guerra cibernética. O equilíbrio de poder digital seria definitivamente alterado, e a dependência do Ocidente tornada perigosa.

Politicamente, o colapso de Taiwan teria um impacto sem precedentes no prestígio e soft power dos Estados Unidos. Nye (2025) afirma que seria “o maior golpe à imagem americana desde o Vietname”. A confiança de aliados históricos como o Japão, a Coreia do Sul e a Austrália seria abalada. Em Washington, a polarização interna tornaria qualquer resposta mais complexa, especialmente num contexto de eleição presidencial. O mundo veria, em tempo real, a transição de um sistema liderado por normas e alianças para um sistema multipolar instável, onde a força se sobrepõe ao direito.

Um dos maiores perigos seria a normalização do ocorrido. Se a comunidade internacional

aceitar a anexação de Taiwan como inevitável ou irreversível, abrir-se-á caminho para uma série de revisões fronteiriças em cadeia. Como Kissinger (2024) advertiu, “a queda de Taiwan seria o Sarajevo do século XXI”: não pela magnitude do território, mas pelo simbolismo do precedente. Uma vez estabelecido que a comunidade internacional tolera a alteração de soberanias por meios militares, a proliferação de conflitos regionais tornar-se-á inevitável.

Ao mesmo tempo, seria ingénuo pensar que a resposta ocidental seria rápida, unânime e eficaz. A União Europeia, ainda dividida entre neutralidade estratégica e lealdade transatlântica, teria dificuldades em agir de forma coesa. A dependência energética da China, os investimentos tecnológicos e as fragilidades industriais da Europa comprometeriam a margem de ação. A América Latina, por seu lado, também não adotaria posição uniforme: a influência económica chinesa na região tenderia a gerar divisões profundas.

Neste cenário, resta uma pergunta essencial: estamos dispostos a defender Taiwan como peça-chave da ordem global ou aceitaremos o seu colapso como mais uma fatalidade histórica? A resposta a esta pergunta definirá o século XXI. Taiwan não é apenas uma ilha: é o espelho onde o mundo observa os limites da sua coragem política e da sua coerência estratégica. Permitir a sua queda não seria apenas uma derrota militar ou diplomática — seria a falência moral de um sistema que se propõe baseado em regras, em soberania e em direitos universais.

Conclui-se, assim, que a defesa de Taiwan ultrapassa largamente a geografia. Trata-se da defesa do próprio conceito de ordem internacional. A queda marcaria o início de uma nova era — não necessariamente mais multipolar ou mais justa, mas seguramente mais volátil, perigosa e imprevisível. Quando uma ilha cai, não é apenas a bandeira que muda: é o vento que altera o destino do mundo.

Referências Bibliográficas

Allison, G. (2025). *The Taiwan Tipping Point: How One Island Could Change the World*. *Foreign Affairs*, 104(4), 15–27.

Council on Foreign Relations (CFR). (2025). *The Strategic Importance of Taiwan for Global Security*. Policy Report.

Kaldor, M. (2024). *New and Old Wars: Hybrid Conflicts in the 21st Century*. London: Polity

Press.

Kissinger, H. (2024). *World Order Revisited*. Yale University Press.

Miller, C. (2024). *Chip War: The Fight for the World's Most Critical Technology*. New York: Scribner.

Nye, J. (2025). *Soft Power in Crisis: America's Global Standing after Taiwan*. Harvard Kennedy School Policy Paper.

World Economic Forum. (2025). *Semiconductors and the Future of Global Economy*. Geneva: WEF.